



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

Santa Maria – Açores

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA 18 DE NOVEMBRO DO ANO 2019

---- Ao décimo oitavo dia do mês de novembro de dois mil e dezanove, pelas quinze horas, reuniu o Conselho de Ilha de Santa Maria (CISM), na Igreja das Vitórias do Concelho de Vila do Porto, freguesia e concelho de Vila do Porto, para a segunda reunião extraordinária, tendo como pontos da ordem de trabalhos:

1. *Parecer ao Plano Regional Anual 2020 (Decreto Legislativo Regional 50/XI)*
2. *Acessibilidades e Inverno IATA*
3. *Outros assuntos*

A esta reunião compareceram os seguintes Conselheiros/as: Pedro Miguel Teixeira Carreiro Coutinho - Presidente da Assembleia Municipal de Vila do Porto; Ezequiel Araújo em substituição de Carlos Henrique Lopes Rodrigues – Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto; Daniel da Silva Gonçalves - Presidente do Conselho de Ilha; Jorge Luís da Costa Pessoa Pereira da Costa (Vice-Presidente da Mesa do Conselho de Ilha); Roberto Furtado Lima de Sousa; José de Andrade Melo; Élio Mota Martins ; Eduardo Manuel Pereira Cambraia; Marco André Braga Carvalho; Jorge Alberto Monteiro Santos; Aníbal Cabral Moura; António Manuel Sousa Braga; José Arsénio Sousa Chaves (Primeiro Secretário da Mesa do Conselho de Ilha); Jorge Alberto Cabral Botelho; as Conselheiras Maria Helena Cabral de Lordelo (Segunda Secretária da Mesa do Conselho de Ilha); Maria Dulce de Oliveira Resendes; Márcia Catarina Costa Santos; Graça Pombeiro Andrade Moraes; Elisa Lima Sousa (deputada da ALRA eleita pelo PSD/A). Estiveram ausentes os seguintes conselheiros: Duarte Manuel Braga Moreira; Jorge Alberto Cabral Botelho; José Emanuel Sousa Medeiros - representante da Associação dos Pescadores (ainda não tomou posse). Estiveram também ausentes a Deputada/o da ALRAA: Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves (eleita pelo PS/A) e João Vasco do Monte Ferreira Pereira da Costa (eleito pelo PS/A).

Período antes da Ordem do Dia:

---- O Presidente do Conselho de Ilha, Conselheiro Daniel Gonçalves, deu início à reunião e saudou todos e todas os/as presentes. O conselheiro desejou também as boas-vindas ao conselheiro Élio Mota Martins, que tomou posse nesta sessão do Conselho, e desejou-lhe o maior empenho e sucesso durante o seu mandato. O conselheiro Élio Mota, representante da CCIPD, substituiu o conselheiro José da Ascensão Cabral Branco. O presidente do Conselho de Ilha notou que continuamos sem representação do sector das pescas, dando seguimento à informação do expediente, informando que nos foi enviada a proposta final relativa ao Plano Regional Anual 2020. O Conselheiro Daniel Gonçalves pediu desculpa por não ter partilhado o documento junto com a convocatória para esta reunião, que se encontra disponível ao público no site da ALRA, informando, também, que o documento consiste de quatro centos e sessenta e uma páginas. Informou o Conselho de Ilha que, por uma questão administrativa, as atas das últimas duas reuniões do Conselho de Ilha não estão prontas para aprovação. O conselheiro Daniel Gonçalves sugeriu que estas, juntamente com a ata da reunião de hoje, serão aprovadas na próxima reunião, em janeiro de 2020. Não houve objeções quanto a este

CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

Santa Maria – Açores

assunto. O conselheiro agradeceu ainda o empenho da colaboradora do município Daniela Braga nas suas novas funções de expediente e apoio ao Conselho de Ilha. Aproveitou também para agradecer à senhora. Paula Sequeira por tudo o que ela fez para tornar os trabalhos da mesa mais fáceis.-----

----- Relativamente ao ponto um: *Parecer ao Plano Regional Anual 2020 (Decreto Legislativo Regional 50/XI)*, o conselheiro Daniel Gonçalves leu-o em voz alta para o benefício daqueles que não estiveram presentes na última reunião. O conselheiro fez saber que “nenhuma das nossas observações foi atendida de modo específico” e, de seguida, abriu inscrições para a discussão relativa ao ponto um - Plano Regional 2020. -----

----- A primeira intervenção foi dada ao Conselheiro Jorge Costa que questionou se alguém teria feito, na última reunião, alguma observação relativamente à “Rotunda do Açucareiro”. Lembrou que, na última visita estatutária, foi feita a apresentação do projecto e “parecia-me que seria evidente que na proposta do Plano deste ano aparecesse alguma rubrica a considerar esse assunto (...) não me parece que o valor colocado na rubrica de estradas e recuperação de estradas, o valor consiga suportar, quer a rotunda quer as estradas degradadas, que a ilha tem precisão urgente e rápida da manutenção.” Concluiu, expressando desagrado porque “aquilo que foi apresentado na visita estatutária não passa mais de uma pro forma.”-----

----- De seguida, foi facultada a palavra ao Conselheiro José de Melo. O Conselheiro voltou a reiterar que “este Plano para 2020 não devia ser só abordado de forma segmentada, mas atendendo que realmente (...) responda a um ciclo de quatro anos, e devíamos fazer um périplo, no meu entender, das obras que foram realmente concebidas.” O Conselheiro acrescentou que “foram tomadas medidas e foram concretizadas, ou estão em vias de terminarem (...) globalmente este Plano, e este conjunto de mandato, é claro que há uma fidelidade e uma coerência com as linhas macro propostas de orientação a médio e a longo prazo para os Açores.” O Conselheiro não deixou de realçar a dinamização da economia, a subida significativa do emprego e o empreendedorismo; enalteceu o conhecimento e a inovação na área da tecnologia; chamou a atenção para a presença da ESA e para o projecto RAEGE (Estação Geodésica e Espacial de Santa Maria). Notou, ademais, o empenho do Governo Regional quanto à qualidade de vida, a educação, a igualdade de género e de oportunidades, como também um esforço nas questões relacionadas com o ambiente e clima. Ao nível de Santa Maria, para 2020, salientou o projecto LIFE, um projecto direccionado para a Estrelinha de Santa Maria e o projecto LOTUS, ambos posicionados dentro do “bolo regional”, mas que “vêm verter (também) aqui na ilha de Santa Maria”. Destacou “uma majoração que nos é muito querida no âmbito da valorização da paisagem vitivinícola de Santa Maria que a Câmara Municipal, juntamente com o Governo dos Açores, estão a fazer um trabalho muito interessante (...) são 4 milhões de euros que podem ser disponibilizados para a ilha de Santa Maria de uma forma majorada (...) e, mais, o património histórico de Santa Maria, nomeadamente, a musealização da torre do aeroporto; a reabilitação das antigas oficinas do aeroporto, o ninho das empresas, a adaptação do edifício para atividades ocupacionais, e a instalação de equipamentos no centro de resíduos, onde vai haver uma modernização.” O Conselheiro salientou que deveria haver um reforço maior quanto à reabilitação das estradas e anunciou ter conhecimento de um compromisso por parte do Governo que, em 2020, vai ser reabilitada a estrada de acesso ao Pico Alto. Ressaltou ainda que o porto e a marina vão ser sujeitos a alguns trabalhos em 2020. Para concluir, O Conselheiro disse que “por tudo isto, eu vou votar a favor deste Plano. Não obstante, deixo aqui um reparo que gostaria (de haver mais fundos) para Santa Maria, nomeadamente, um reforço mais alargado para as estradas, um projecto LIFE direccionado especificamente para a Estrelinha de Santa Maria, uma trabalho específico e uma dotação específica para reabilitação de casas, nomeadamente para jovens, não só na zona do aeroporto, mas que vincadamente se reportasse a toda a ilha, porque é preciso recuperar património...” -----

----- De seguida, o Conselheiro Jorge Costa retomou a palavra para dizer que o que o Conselheiro José de Melo fez não foi mais que um balanço da atividade do Governo Regional nos últimos três anos, e lembrou que “o que estamos aqui a votar é o orçamento do próximo ano e parece-me que, o que é importante, é olharmos para o orçamento do próximo ano (...) se olharmos para as magníficas taxas de execução, em 2017, vinte e seis vírgula setenta e três por cento (26,73%), em 2018, trinta e oito vírgula



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

Santa Maria – Açores

e onze por cento (38,11%), em 2019, ainda não há dados disponíveis, da mesma forma como o Sr. Conselheiro José de Melo entende que, pelo balanço e pela perspetiva global irá dar um parecer favorável a este Plano, eu digo desde já que o meu parecer vai ser contra, e se eu tivesse aqui presente na anteproposta do Plano, tinha votado contra antes. Por duas razões evidentes, (...) o Plano é vergonhoso para a ilha de Santa Maria, e para a assunção dos compromissos e as necessidades que os Marienses têm, bem pela falta de credibilidade que esses documentos têm, em que nos apresentam valores e depois executam valores significativamente abaixo daqueles que foram orçamentados (...) parece-me que nós estamos a votar é no Plano e Orçamento para 2020, e não fazer uma análise do Plano do Governo para essa legislatura, e gostaria de todos os conselheiros tivessem isso bem presente (...) portanto, fica já claro e evidente que o meu sentido de voto vai ser contra por razões que deixei aqui bem expressas: falta de credibilidade nos documentos, bem como a falta de dotação para satisfazer minimamente as necessidades dos Marienses para 2020.” -----

----- Sobre este mesmo assunto, foi dada a palavra ao Conselheiro Hélio Martins que disse ser um prazer retornar ao Conselho de Ilha de Santa Maria na qualidade de representante de delegado da Câmara de Comércio. Quanto ao Plano Anual para 2020, questionou-se como este é elaborado, e disse não entender tão pouco como os valores são distribuídos. O Conselheiro manifestou não ter dúvidas que Santa Maria “está tendo o pior desenvolvimento (económico) em termo dos Açores”, e destacou, principalmente, as áreas do comércio e o do turismo. Referiu que a rubrica 1.8 Estatísticas (Empresas, Emprego e Eficiência Administrativa) não está contemplada no Plano. Apesar de parecer uma rubrica “desnecessária” - continuou - o contrário é verdade, porque “hoje nós trabalhamos com números e dados, e esses dados têm que ser científicos”. O Conselheiro lamentou não haver estatísticas pormenorizadas pela parte do Governo Regional, e de não haver verba para tal. Ressaltou que “a Câmara do Comércio acha interessante haver verba para um estudo científico do que é a realidade de Santa Maria (...) nos sectores comerciais aqui e não só.” Um outro item que disse ser de interesse, é o sector da Construção dos Parques de Ciência e Tecnologia (rubrica 5.4). Salientou que “estamos às portas de uma implantação de um modelo tecnológico muito avançado na nossa ilha, e seria interessante trazer para cá também algumas *start-ups* na área da tecnologia, e não está aqui (no Plano) contemplado.” O Conselheiro concluiu dizendo que um outro item que não se encontra no Plano, mas que é de grande pertinência, tem a haver com “as relações externas e actividades que tratam da promoção da nossa ilha lá fora.” -----

----- Em seguida, o Presidente Daniel Gonçalves deu a palavra ao Conselheiro Jorge Costa que esclareceu o ponto sobre o Emprego e Qualificação Profissional: “Se repararem no documento que foi disponibilizado a todos os conselheiros, não existe taxa de execução para essa rubrica que é a 1.3., (...) porque grande parte desta verba, que tem a haver com o emprego, é depois colocada no subsídio de desemprego (...) e nos programas ocupacionais. Explicou que “grande parte desta verba não é executada especificamente nesta rubrica, mas depois tem a sua execução através de outra parte do orçamento que tem haver precisamente com o apoio às pessoas que não têm um trabalho fixo, e também é importante que assim aconteça e que seja feito.” O Conselheiro esclareceu ainda que esta rubrica engloba a qualificação e formação profissional. -----

----- A seguir, foi dada a palavra ao Conselheiro José de Melo que, no âmbito do emprego e formação profissional, disse que “não será de descuidar o facto do que o estagiário L e o estagiário T são majorados (...) os largos milhares que o Governo dos Açores investe no estagiário T e no estagiário L, inclusive para aqui para Santa Maria, que temos uns vários nessa situação, também deve ser englobado e tido em conta nesta área do emprego e da formação profissional.” -----

----- Tomou a palavra, a seguir, a Conselheira Maria Helena Lordelo que salientou ter observado que a participação nos programas de formação oferecidos em Santa Maria nos últimos dois anos, e patrocinados pelas várias agências do Governo, sobretudo na área do turismo, têm sido notoriamente baixa. Deu como exemplo um programa promovido em 2019 pela Escola de Formação Turística e Hoteleira dos Açores, que consistia em sete módulos, trinta e cinco horas cada um, e que cobria as mais variadas e pertinentes áreas associadas ao turismo. Dos sete módulos, lamentou informar que, por falta de participantes, só se conseguiu completar três. A Conselheira questiona-se se a baixa taxa de participação não estará associada, talvez, à falta de incentivos por parte das empresas. -----

[Handwritten signature]
14/03

CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

Santa Maria – Açores



A seguir, retomou a palavra o Conselheiro Jorge Costa salientando que, relativamente às empresas, “as pessoas não podem se esquecer da obrigatoriedade do código de trabalho, que exige que as pessoas façam um número de horas por ano de formação e que o facto de não se inscreverem estão, de certa forma, a legitimar a entidade patronal a não cumprir com essa exigência do código de trabalho.” O Conselheiro acrescentou, não obstante, que fique claro que “as empresas não podem obrigar as pessoas a irem fazer a formação profissional. Portanto, o que as empresas garantem como uma recusa do trabalhador em não ir fazer a formação profissional é que, relativamente àquele trabalhador, já cumpriu o código de trabalho porque ele é que se recusou a fazer.” Um outro aspeto que lhe parece ser de maior pertinência, tem a ver com a calendarização das formações, e que “é muito importante que esta seja bem pensada”.

---- Dando seguimento, o Presidente do Conselho, Daniel Gonçalves passou a palavra ao Conselheiro Marco Carvalho que considerou “preocupante” o facto de que, tanto o orçamento, como o parecer que foi emitido por este órgão à anteproposta do Plano Anual, “não terem sido feitas nenhuma retificações” e não terem sido acrescentados alguns pontos que considera ser “fundamentais”. Apontou para a intervenção do Conselheiro José de Melo dizendo “que é claro que há trabalho feito (...) no entanto o nosso papel aqui é zelar e solicitar fazer com que tenhamos mais e melhor para colmatar as lacunas existentes.” O Conselheiro apontou para a baixa taxa de execução, e para a questão relacionada com os assuntos do mar como sendo “um ponto de grande preocupação”, principalmente no que diz respeito à proteção de obras costeiras “em que nós temos os problemas a entrar pelos olhos adentro, já foram referidos, e o Governo continua a não demonstrar abertura para querer resolver ou interferir nessa situação.” Queixou-se ainda que, ao contrário a quase todas as outras ilhas do arquipélago, Santa Maria fica aquém de qualquer investimento nessa área e deu como exemplo o caso da Praia Formosa, onde é evidente que o “problema de manutenção arrasta-se ano após ano, e não há resolução à vista.”

---- A seguir, o Conselheiro José de Melo disse querer reforçar o que a Conselheira Maria Helena Lordelo ressaltou sobre a questão das formações. “Realmente - disse - tem havido alguma disponibilidade formativa aqui para a ilha de Santa Maria (...) é verdade, mas não tem havido uma devida adesão (...) Ao exemplo da Conselheira, posso acrescentar a formação que houve no ano passado para guias turísticos (...) e só apareceram meia dúzia de pessoas.” O Conselheiro lembrou que a Escola oferece cursos “com uma vertente profissional para direcionar os jovens na área do emprego.” O Conselheiro enumerou vários projetos e investimentos que têm sido executados em Santa Maria, entre outros, a protecção da orla marítima nos lugares de São Lourenço e da Maia, e a intervenção em Laracha, na freguesia de Santo Espírito. Acrescentou que gostaria de ver uma intervenção “de fundo” na Praia Formosa, onde as entidades públicas regionais e municipais se juntassem para proteger a orla marítima das ameaças ambientais e das alterações climáticas, “salvaguardando para as gerações futuras a nossa praia”. Destacou o orçamento para as estradas regionais e concorda que este merece um reforço. O Conselheiro concluiu a sua intervenção dizendo “que em 2020, já há uma assunção para a reabilitação da estrada do Pico Alto (...) e que, independentemente de a gente só ver aqui noventa e três mil euros, sabemos que a intervenção só no Pico Alto vai galgar isto na ordem do dobro ou do triplo.”

---- Continuando, o Presidente Daniel Gonçalves anunciou que havia mais duas inscrições antes de se proceder à votação final, com justificação de voto, e deu de seguida a palavra ao Conselheiro Jorge Costa. O Conselheiro Jorge Costa iniciou a sua intervenção dizendo que, se não lhe falha a memória, “nunca houve alterações da anteproposta para a proposta, a não ser no ano em que se iniciou a obra do cinema do aeroporto (...) para poderem contemplar o lançamento da obra (...) Nos outros anos que houve alterações, foram de tal forma irrisórias, que nem se quer destaque tiveram.” O Conselheiro enalteceu, porém, o facto desta obra ser “uma obra fundamental para a ilha de Santa Maria, que deve ser talvez quase a única que há vários anos não tem cinema, nem tem uma casa de espetáculos.” Em resposta à intervenção anterior do Conselheiro José de Melo, O Conselheiro Jorge Costa lembrou que “os compromissos eleitorais que fizeram parte da campanha eleitoral que deu origem a essa legislatura, não são alvo de apreciação e de votação aqui neste órgão. Nós apreciamos e votamos é em documentos



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

Santa Maria – Açores

efetivos, com números efetivos e com coisas que estão efetivamente espelhadas, e que nos estão a pedir para dar parecer.” O Conselheiro evocou ainda que, na sua experiência, “quer desta legislatura, quer das legislaturas anteriores, que as taxas de execução foram sempre vergonhosas, e leva-me a não ter confiança no documento que nós estamos agora aqui para dar parecer (...) não estou a pedir para agente votar na má taxa de execução dos anos anteriores, estou, para que também fique em ata, igual como o sentido de voto do Sr. Conselheiro José de Melo, que também fique o meu, para além de não concordar com esta proposta de Plano de Orçamento para Santa Maria, acho que os Marienses merecem mais e melhor, também o meu voto é contra porque eu não tenho confiança nos planos que são apresentados para votação aqui neste órgão.” -----

----- A seguir, tomou a palavra o Conselheiro Roberto Furtado que disse rever-se “completamente” no parecer do Conselho de Ilha, e “por essa razão, e por já termos verificado que não houve qualquer tipo de reajuste ao Plano e Orçamento para 2020 do Governo Regional dos Açores, votarei também contra.” Disse ainda que “Nós como conselheiros devemos defender, acima de tudo, os interesses da ilha de Santa Maria e aquilo que nós temos verificado ao longo destes últimos anos, é efetivamente uma proposta de Plano que não chega nem a cinquenta por cento da sua execução.” Lembrou que foram atribuídos à volta de trinta milhões de euros, mas que desses “retiramos os três milhões e meio para a SATA, retiramos os cinco milhões para o emprego e qualificação profissional, ficamos com (...), dois a três milhões de investimentos.” O Conselheiro disse estar de acordo com o que disse o Conselheiro José de Melo a respeito à Estrelinha de Santa Maria e à questão das acessibilidades porque estas “estão sempre presentes e são castradoras do desenvolvimento económico.” Levantou igualmente a questão da orla marítima na Praia Formosa, “o ex-libris daquilo que é a recepção dos turistas” a qual se encontra deficiente, os balneários sem condições, e a falta de passeios ao longo da costa. O Conselheiro Roberto Furtado concluiu a sua intervenção dizendo que “é este o instrumento que nós temos aqui para poder avaliar e votar (...) e portanto, não tendo o Governo Regional recebido e acatado pelo menos algumas das nossas preocupações, eu votarei contra.” -----

----- O Presidente abriu novas inscrições, e deu a seguir a palavra à Conselheira Dulce Resendes. A Conselheira começou por dizer que não percebe “a matemática”, ou seja, “Se nós com trinta e tal por cento conseguimos cumprir o caderno de encargos que o Conselheiro José Melo acabou de falar (...) eu não sei como se consegue fazer (...) estas obras de vulto (que) constavam no programa eleitoral para estes quatro anos (...) se nós com uma taxa de execução de trinta e tal por cento conseguimos levar por diante estas obras, eu não sei o que falta fazer.” A Conselheira questionou também se a taxa de execução nas outras ilhas de idêntica dimensão e de idêntica importância é igual à nossa ou “se a nossa taxa de execução está a ir em detrimento de outras ilhas de idêntica dimensão, esse é que é um fator que nós deveríamos ter presente.” A Conselheira lembrou que está no Conselho em representação das IPSS, “e o que eu posso enaltecer é política global do Governo para as IPSS.” A Conselheira concluiu a sua intervenção indicando que o seu sentido de voto irá ser favorável ao orçamento. -----

----- Em seguimento da intervenção da Conselheira Dulce Resendes, o Presidente da Mesa, Daniel Gonçalves, interveio para fazer a seguinte observação sobre o cinema do aeroporto e a incubadora nas antigas oficinas. O Conselheiro apontou que “foi nos dito precisamente aqui (pelo Vice-Presidente do Governo Regional) que grande parte do investimento era as receitas obtidas pela alienação de imóveis através das Ilhas de Valor, portanto, não há propriamente investimento, isto foi só tirar dum lado e por num outro.” O Presidente quis também aproveitar esta oportunidade para fazer uma menção de louvor às IPSS “porque, de facto, em termos de compromisso do Governo Regional até é ultrapassado, e julgo que isso só acontece porque tem de haver reconhecimento pelo trabalho das IPSS.” -----

----- De seguida, o Presidente deu a palavra à Deputada Elisa Sousa (PSD/Açores). A Conselheira agradeceu ao Conselheiro José de Melo pelo resumo que fez na sua intervenção anterior sobre as obras e ações do Governo Regional ao longo dos últimos três anos, mas lembrou que o objetivo da reunião “não é dizer se nós temos alguma coisa ou não contra o Governo, precisamos efetivamente é de apontar estratégias para o próximo ano, e acho que é esse o objetivo, e é esse o Plano que está aqui em causa (...) Acho que é isso que temos que refletir, e o que esse Plano refere aqui, é que há uma verba que é disponibilizada, mas que na prática não é executada.” A Deputada e Conselheira Elisa Sousa usou esta intervenção para também reportar informações retiradas das audições dos secretários

CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

Santa Maria – Açores

Quando do plenário no início de Novembro, na Horta. Explicou que no Plano Anual aparece uma verba no valor de seiscentos mil euros para a recuperação da escola, a qual deverá ser distribuída entre a requalificação do pavilhão, a vedação do exterior e a ligação entre blocos. Ao pedir, todavia, ao Sr. Secretário da Educação, para desagregar esse valor, o que lhe foi dito foi que iriam gastar quinhentos e treze mil euros no ginásio, trinta e dois mil na substituição parcial da vedação, e duzentos e trinta e quatro mil, no passadiço entre blocos, para um total no valor de setecentos e setenta e nove mil euros. O Secretário referiu que a cobertura do pavilhão irá custar quarenta e um mil e oitocentos euros, e que, finalmente, oitocentos e oitenta e um mil e quatrocentos euros serão para cobrir outras despesas diversas. A juntar-se os trezentos mil que já estão a ser aplicados na cozinha, tudo isto dá um valor total à volta de um milhão e oitocentos mil euros. Tudo somado, resta ainda acrescentar duzentos mil, explicou a Conselheira, para os dois milhões de euros que foram prometidos aquando da visita do Governo.

----- Referindo-se a outro assunto, A Conselheira Elisa Sousa disse que durante as jornadas parlamentares em São Jorge, teve a oportunidade de visitar a escola das Velas e a escola da Calheta. Salientou que a escola das Velas tem atualmente quinhentos e setenta e dois alunos, e o projecto foi de dez milhões e oitocentos mil euros, a que a escola da Calheta tem trezentos e vinte alunos, e o projecto foi de dezoito milhões. Sobre isso, disse ainda que “não consigo compreender como é que essas duas escolas aparecem exatamente no mesmo ano, e a nossa única escola da ilha, porque é efetivamente a única escola da ilha, com mais alunos, volta a ter um projeto de dois milhões de euros.” Relativamente à verba no valor de nove mil e seiscentos e quarenta euros que aparece no Plano Anual, foi dito que esta está destinada para a conclusão da obra do cinema do aeroporto, e a de trezentos mil, para cobrir a despesa relacionada com equipamentos. Foi-lhe igualmente referido que o consórcio deveria entregar a obra a treze de dezembro, 2019, mas que foi pedida e acordada uma extensão de quatro meses. Para concluir, a Conselheira Elisa Sousa informou que a verba inscrita no Plano para o tratamento de resíduos serve para a manutenção dos equipamentos já existentes, e não para os modernizar.

----- A seguir, o Presidente deu a palavra ao Conselheiro José Arsénio Chaves. O Conselheiro lembrou que representa a CGTP/Açores (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses), e que no âmbito do órgão que representa, o Plano para 2020 abrange várias matérias associadas com o área do emprego nos Açores. Indicou que a nível sindical, o Governo tomou três importantes medidas, nomeadamente, a recuperação do tempo de serviço dos professores, o descongelamento das carreiras dos enfermeiros, e a questão da integração dos precários no serviços público, mas que, acrescentou, a nível do emprego, muitos assuntos ficaram aquém dos desejos da CGTP. Por esta razão, e outras que têm a ver com matérias relacionadas com Santa Maria, o Conselheiro fez saber que optará pela abstenção.

----- A seguir, foi feito pelo Conselheiro Jorge Costa uma observação sobre o que disse o Conselheiro José de Melo a respeito da formação profissional. O Conselheiro Jorge Costa mostrou agrado que, no âmbito da formação, a Escola em Santa Maria ofereça cursos técnico-profissionais. Em contrapartida, lamentou que ao longo dos anos o polo da Câmara de Comércio tem apresentado candidaturas para oferecer um curso em Santa Maria e que este “seja sempre chumbado pelo Governo Regional.”

----- Ao concluir a discussão sobre o ponto um, o Presidente do Conselho de Ilha, Conselheiro Daniel Gonçalves, agradeceu o empenho e o contributo de todos/as conselheiros/as e procedeu-se então à votação do Plano e Orçamento para 2020, cujo resultado contabilizou: votos a favor: três; votos contra: onze; abstenções: dois votos.

----- Após um breve descanso, reuniu-se os conselheiros para a segunda parte da reunião e deu-se a seguir início às deliberações sobre o ponto dois: Acessibilidades e Inverno IATA.

----- Aberta a sessão, o Presidente Daniel Gonçalves fez uma breve introdução sobre alguns assuntos que, segundo ele, poderiam servir de base para a discussão a respeito do ponto dois. Abriram-se as inscrições. Tomou a palavra o Conselheiro Jorge Costa.

----- O Conselheiro iniciou a sua intervenção levantando a questão das acessibilidades marítimas para Santa Maria. Como título de exemplo, o Conselheiro descreveu uma situação “lamentável” que ocorreu no verão passado no âmbito de um projeto da Edisoft. A companhia requisitou e alugou uma grua para montar uma antena. Infelizmente, o porta-contentor que deveria transportá-la a partir de Santa Maria



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

Santa Maria – Açores

avariou e, originou-se assim uma serie de preocupações de natureza técnica e de custos adicionais por causa de atrasos indevidos. O Conselheiro enfatizou que isto tudo aconteceu em virtude da ausência de um conjunto de condições de operacionalidade do porto de Vila do Porto. Vale ressaltar - disse o Conselheiro - que o Conselho de Ilha, já há alguns anos, tem chamado repetidamente a atenção do Governo Regional para este assunto. Lembrou ademais que durante um comício que teve lugar em Santa Maria durante o mandato do Governo Regional do Sr. Presidente Carlos César, que este anunciou em campanha eleitoral “nove ilhas, oito com porta-contentores, oito pilotos, um piloto em cada porto (...) pois Santa Maria é a única ilha que continua a não ter piloto.” Ainda sobre as acessibilidades marítimas, relativamente ao transporte marítimo de passageiros, o Conselheiro Jorge Costa comunicou que continua a defender que não podemos aceitar uma operação marítima “condicionada à festa do Senhor Santo Cristo dos Milagres. Isto é inaceitável.” -----

----- A seguir, tomou a palavra a Conselheira Dulce Resendes dizendo que “em relação ao horário da SATA nada podemos fazer (...) mas podemos melhorar aquilo que são os constrangimentos que este horário está a causar à população Mariense. A Conselheira comentou que dado o crescimento turístico na ilha, “torna-se incomportável para qualquer pessoa em terminadas alturas do nosso verão conseguir arranjar alojamento em qualquer residencial ou qualquer hotel, barato e disponível.” O atual horário da SATA - acrescentou - “penaliza” as deslocações de doentes para as ilhas maiores “porque regularmente têm que pernoitar na ilha duas noites, para uma consulta de um dia.” Dada esta recorrente a situação, a Conselheira propôs “haver por parte do Governo uma atribuição para aquelas pessoas que têm menores rendimentos de apoio para poderem fazer face à despesa com o alojamento ou então, vouchers, para determinadas unidades hoteleiras.” -----

----- Conselheiro Jorge Costa retomou a palavra e começou por dizer que embora seja o nosso papel neste órgão defender Santa Maria, não compreende por que é que a Graciosa, tendo uma população menor, tem mais voos que Santa Maria. Em resposta ao que disse a Conselheira Dulce Resendes sobre a atribuição por parte do Governo aos mais desfavorecidos, o Conselheiro Jorge Costa alertou para o facto de que não devemos afastarmo-nos do conceito de “equidade”, porque independentemente dos recursos financeiros das pessoas “todos estamos a ser penalizados”. Relativamente ao serviço público de transportes aéreos inter-ilhas, avançou que no próximo concurso lançado pelo Governo Regional, “nós gostaríamos de ser ouvidos e achados sobre esse valor que estão a contemplar para Santa Maria, para podermos dizer se está a ser justo” e lamentou fortemente a falta de transparência no processo de colheita de informação. O Conselheiro concluiu a sua intervenção sugerindo que “este órgão deve exigir uma revisão ainda deste inverno IATA, independentemente de todas as outras considerações”.

----- O Conselheiro Jorge Costa pediu ainda para levantar mais uma consideração, nomeadamente, a iminente implementação da taxa do turismo em algumas autarquias de São Miguel. No parecer do Conselheiro, o documento que irá sair deste Conselho deverá deixar claro que “nós somos inteiramente contra a aplicação desta taxa de turismo (...) temos que ser redondamente contra a aplicação dessa taxa e, se a Associação de Municípios de São Miguel entender que o vai fazer, vai ter que fazê-lo de maneira a que só se eu estiver lá como ‘turista’ - e acrescentou - que não deve caber a nós a prova disso.” A dar testemunho de uma situação que se passou numa recente deslocação que fez a Lisboa por motivos de saúde, a Conselheira Maria Helena Lordelo disse que foi obrigada a permanecer em Lisboa quatro noites, porque não havia lugar no voo de regresso a Santa Maria mais cedo. A taxa de turismo foi reembolsada somente pelos dois dias que provou ter tido consulta médica. A Conselheira aconselhou, portanto, estarmos atentos sobre essa matéria e sugeriu que a maneira mais justa e menos complicada, seria dispensar todos os residentes do Açores de pagarem a taxa turística, seja qual for a razão para a deslocação inter-ilhas no arquipélago. -----

----- Ainda sobre o ponto três, tomou a palavra a deputada Elisa Sousa que reportou que em Julho, 2019, o PSD/A fez um requerimento no qual questionou a tutela sobre a possibilidade de reinstaurar o voo da quarta-feira no Inverno IATA 2019-2020. A resposta do Governo, através da Secretária Ana Cunha, foi que “Em virtude da nossa taxa de ocupação durante o Inverno IATA ter setenta e cinco por cento, e uma vez que a SATA já cumpria com os nove voos mínimos semanais, que não fazia sentido acrescentar mais um voo na nossa operação.” A Conselheira esclareceu que, segundo o caderno de encargos, a rota PDL-SMA consiste, no mínimo, nove voos semanais, e nove centos passageiros. A

Handwritten signature and initials in blue ink.



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

Santa Maria – Açores

Tutela regista, todavia, o número de voos semanais na rota PDL-SMA ser dezoito, ida e volta, e que dado o número de disponibilidade de assentos por voo, ou seja oitenta, o número total de capacidade dos voos chegam aos mil e quatrocentos e quarenta passageiros. No entender do PSD/A, os números não batem certo porque “não se pode duplicar os voos, e não duplicar os passageiros”. Ou seja, dezoito voos (ida e volta) é equivalente a mil e oitocentos passageiros, “o que quer dizer que - explica - os tais mil e quatrocentos e quarenta (passageiros) estão abaixo daquelas que são as obrigações do serviço publico da SATA. E daí o nosso segundo requerimento de outubro, 2019, o qual ainda não obtivemos resposta.” -----

----- Continuando no assunto das acessibilidades, a deputada Elisa Sousa notou que, em preparação para um requerimento que fez já em 2020, foi informada que em 2019, aproximadamente cinco mil utentes e três mil acompanhantes foram deslocados pelo Unidade de Saúde de Vila do Porto para Ponta Delgada. Acrescentou que, sem prejuízo do impacto que este grupo de passageiros tem nos transportes aéreos, este acaba por tirar lugares nos aviões para quem se desloca para outros destinos por razões de trabalho, férias, formação, e outras razões. “Portanto - prosseguiu a Conselheira - a nossa batalha é garantir pelo menos àquilo que temos direito, de acordo com o caderno de encargos da SATA (Inverno IATA), que são novecentos passageiros, nove voos mínimo, semanais (...) tendo em consideração que os aviões da SATA só levam oitenta passageiros, para conseguir os novecentos, vão ter que haver mais voos.” -----

----- Relativamente à intervenção anterior, o Presidente Daniel Gonçalves considerou que “nós não temos sido menos que pro-activos, só que parece que ninguém nos ouve nesta questão, mas temos que combater.” Em virtude da relevância deste assunto para os Marienses, o Presidente lançou a ideia de “criarmos uma versão de um horário Inverno IATA que nos interessasse, uma alternativa, não descabida, mas uma coisa que fosse possível.” A Deputada Elisa Sousa concordou que “essa reivindicação pode efetivamente sair daqui do Conselho de Ilha.” O Presidente do Conselho propôs então que “os conselheiros que tivessem considerações muito específicas sobre aquilo que pode ser melhorado no inverno IATA, fizessem chegar à mesa, e nós tentaríamos ir trabalhando com as pessoas que manifestaram esse interesse, até chegarmos a um (...) consenso generalizado daquilo que seria a nossa proposta, que é concreta, e porque nós espelhamos um pouco a sociedade Mariense no seu todo, acho que poderia ser uma ferramenta muito útil.” -----

----- A seguir, o Presidente passou a palavra ao Conselheiro José de Melo que demonstrou o seu agrado com a ideia, ressalvando todavia que seria importante consultar primeiro a Câmara do Comércio, operadores turísticos, a Unidade de Saúde, e outros. Relativamente à questão sobre a taxa turística, destacou que “nunca poderemos dizer que somos contra a taxa turística (...) isto é uma decisão do foro estritamente autárquico.” O que poderá acontecer, assinalou “é que depois dela ser aprovada fazermos ver perante o Governo dos Açores que estamos numa situação de agravamento já da avultada despesa (...) pela parte dos de pacientes (...) então assim, ao retorno daquilo que temos direito com a deslocação, deve ser acrescido o valor dessa taxa turística, porque é real, efetiva, e penalizadora.” -----

----- O Presidente deu a seguir a palavra aos Conselheiros Jorge Costa e Roberto Furtado. O Conselheiro Jorge Costa começou a sua intervenção esclarecendo que “a minha intenção não é (...) dizer que não concordo com a taxa do turismo, porque isso é da competência da Associação de Municípios (...), mas o Conselho de Ilha pode fazer eco desde já (...) fazendo chegar uma carta à Associação dos Municípios de Ponta Delgada a demonstrar a sua preocupação e o seu desagrado nessa possibilidade de vir a ser implementada (...) e dizer que os Marienses desde já vêm com grande preocupação essa medida que eles intencionam fazer, é nesse sentido.” -----

----- A consideração do Conselheiro Roberto Furtado foi que “a minha intervenção era exatamente para dar essa opinião que o (Conselheiro) Jorge da Costa acabou de dizer.” Propôs, além do mais, que o Conselho fizesse chegar à Associação de Municípios “as nossas preocupações, pedindo que eles tenham em conta na elaboração da regulamentação para o pagamento dessa taxa uma forma de isentar as pessoas que são deslocadas pela Unidade de Saúde da ilha de Santa Maria.” -----

----- De seguida, retomou a palavra o Presidente e Conselheiro Daniel Gonçalves que prosseguiu à ordem de trabalhos salientando um assunto que já tinha enviado por e-mail aos Conselheiros, ou seja a questão da ilha ser abrangida, toda ela, por fibra ótica, e que em conversa informal com alguns



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

Santa Maria – Açores

representante da PT, levou-o a crer que “se houver um esforço concertado e alguma pressão de um órgão oficial, a PT, com certeza que iria desenvolver com mais celeridade este investimento.” Neste momento, o Conselheiro deu conhecimento que, com exceção de Vila do Porto, nas zonas urbanas, a fibra ótica abrange somente pontos residuais nas demais freguesias da ilha, e estas foram requeridas, em grande parte, pelo sector empresarial. Questionou, além disso, se os conselheiros aceitariam fazer uma moção a ser apresentada pelas juntas de freguesia para fazer chegar à ANACOM e à Altice/PT esta pretensão. -----

----- O Conselheiro José Arsénio Chaves pediu a palavra para comentar que, com a redução do pessoal na PT, deixou de haver uma equipa de prevenção ao fim de semana. Acentuou que é preocupante “nos tempos que correm”, e porque ainda há muitas pessoas que moram sozinhas e em áreas isoladas na ilha, terem que esperar até à segunda-feira para se fazerem reparações nos casos de falhas de eletricidade, água e telecomunicações. Pediu então que na carta a ser enviada à PT, fosse acrescentada essa questão. -----

----- Em resposta ao assunto discutido acima, o Conselheiro Jorge Costa desejou esclarecer que é a ANACOM a identidade reguladora em Portugal, assim sendo também dos Açores, das comunicações eletrónicas e que foi através de um concurso que a PT ficou com a responsabilidade de colocar a fibra ótica. Esta, por sua vez, cobra às outras operadoras pela a utilização do cabo, “por isso é que nós não temos uma concorrência leal a esse nível com as outras operadoras aqui na ilha de Santa Maria, nem tampouco em todas as ilhas dos Açores.” Mais disse que “o que está previsto para o novo concurso é que vai ser o Estado a suportar a instalação, os orçamentos da República ou da Região, e todas as operadoras vão pagar pela utilização, e aí já estamos em igualdade de circunstâncias.” Isto para dizer que “quem tem de ser chamada aqui, ao apelo que nós estamos a fazer, é a identidade reguladora (...) e a direção regional com competência na matéria.” -----

----- A seguir, o Conselheiro José de Melo levantou a questão relativamente a uma “emergente construção comercial em Santa Maria”, e questionou o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, em particular, se poderia confirmar se já tinha chegado à Câmara Municipal o pedido dessa construção.--

----- Em resposta à questão do Conselheiro José de Melo, o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, Sr. Ezequiel Araújo, respondeu que, no âmbito dos processos que entraram na Câmara, isto é um assunto que se arrasta há dois anos. Informou que o terreno já tinha sido comprado há tempo mas que a construção não pode avançar na altura porque a fachada do edifício era maior do que o PDM permite. Presentemente, informou que “o projecto já está em condições de ser licenciado e é para avançar.” Referiu ainda que o este é um projecto pequeno, “dentro da nossa dimensão (...) e é para avançar para breve.” -----

----- Relativamente às dúvidas que “se põe por aí” se este projecto poderá ou não se instalar em Santa Maria, o Conselheiro Eduardo Cambraia questionou se a Câmara “não tem poder para decidir sobre essa matéria, ou tem, ou poderá ter, ou não quer ter. A dúvida resta um pouco sobre essa questão (...) é que se fazendo uma análise ao tecido económico da ilha, e ao possível prejuízo que isso pode vir a ter, se a Câmara tem ou não competência para definir a sua proposta baseada nesses critérios, ou é obrigada desde que o projecto esteja bem elaborado, a deferir.” O Conselheiro Ezequiel Araújo disse que sobre isso “não podemos fazer nada (...) tem que deferir, é lógico.” Em virtude dos esclarecimentos dados pelo Sr. Vice-Presidente, o Conselheiro Eduardo Cambraia interveio mais uma vez para dizer que “a dúvida que eu quero levantar aqui, e que o Vice-presidente esclareça este Conselho é efetivamente, (que) as nossas responsabilidades são estas e não podemos fazer mais do que isso, ou poderíamos fazer se tivéssemos votado diferente.” -----

----- O Presidente deu a seguir a palavra ao Conselheiro Jorge Costa que evocou que se “o projecto cumpre com a lei, a Câmara é obrigada a provar. Ponto final.” O Conselheiro acrescentou ainda que “na prática, se nós fizéssemos uma sondagem, os Marienses, o senso comum, ia se calhar dizer que queria (...) Nós não podemos querer um dia ser a lei do mercado, e no outro dia, querer ser a ditadura em que os governos é que instauram regras sobre o mercado. A lei do mercado é essa, e é assim que tem que acontecer.” Para concluir, O Conselheiro considerou que “este órgão não tem que se meter em assuntos que têm a ver com o dia-a-dia da economia.” Ainda sobre o mesmo assunto, houve uma pergunta se o município ou o executivo havia tentado “mover a empresa”, à qual o Conselheiro Ezequiel



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

Santa Maria – Açores

Araújo afirmou “pelo contrário, nós estamos cá para dar investimento, e o Governo trazer investimento de fora para investir nas nossas ilhas, e nesse caso, em Santa Maria (...) agora eu penso que no seio da Câmara do Comércio, se a maioria dos empresários que são sócios da Câmara do Comércio acharem que este é um investimento que pode ser prejudicial, aí nesse domínio, e nesse caso específico, podem juntar-se para tentar arranjar uma solução que o investimento não venha para a ilha. Tem que ser outras identidades, não o Município, que não tem competência nessa matéria, para impedir o investimento.” -----

---- A seguir, tomou a palavra o Conselheiro Élio Martins que comunicou que a Câmara do Comércio, um órgão representativo, foi “acionada por um grupo de associados” que questionaram a posição da Câmara sobre essa matéria. A resposta foi que as Câmaras do Comércio têm que traduzir a vontade dos associados, (mas) dentro da legalidade (...) a discussão técnica é a seguinte - continuou - se estiver dentro da lei, e cumprir todos os preceitos legais, ninguém impede.” Dito isto, o Conselheiro acrescentou que “enquanto Delegado da Câmara, sim senhor, vamos traduzir as reivindicações (dos associados), vou pedir para a Câmara um estudo jurídico, vou pedir um estudo da viabilidade do mercado, vamos tentar fazer. Vamos apresentar e ver até onde vai.” Para finalizar, o Conselheiro deixou uma palavra de advertência, “o mercado e os empresários de Santa Maria têm que se consciencializar que precisam de se modernizar. Precisam criar estruturas próprias que vão de encontro ao que o mercado quer (...) a concorrência vai ser feroz? Vai. Mas é na época de concorrência que o comércio cresce. É um incentivo a buscar soluções em benefício do próprio povo.” O Conselheiro José de Melo agradeceu e disse ter ficado esclarecido depois das informações dadas sobre esse assunto. -----

---- O Presidente Daniel Gonçalves, anunciou que a próxima seria a última intervenção, e deu a palavra ao Conselheiro Jorge Costa. O Conselheiro disse que concordava inteiramente com aquilo que o Conselheiro Élio Martins transmitiu, e deu um exemplo concreto para explicar que “nós temos que adoptar, ajustar, e encontrar nos desafios e nos constrangimentos, oportunidades. E é esse o caminho que temos que seguir. Não é tentar bloquear o futuro desenvolvimento do investimento ou coisas do género.” -----

---- Não havendo mais a tratar, o Presidente e Conselheiro Daniel Gonçalves deu, pelas dezoito horas e trinta minutos, por encerrada esta sessão, agradecendo a presença e participação de todos/as, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, Maria Helena Cabral de Lordelo, que a redigi e subscrevi, bem como pelos membros da mesa do Concelho de Ilha.

Daniel da Silva Gonçalves

José Arnaldo Gomes e Sousa.